

Redes de Políticas Públicas e Gestão de Recursos Hídricos; perspectivas e contribuições teórico-metodológicas da abordagem de “policy networks”.

Ricardo Novaes¹

Resumo

Este artigo² tem como proposta apresentar os principais pressupostos teóricos e metodológicos presentes no campo denominado “análise de redes sociais”, com destaque específico às redes de políticas públicas (policy networks). Nosso objetivo é analisar e discutir as possíveis contribuições deste instrumental para estudos envolvendo processos políticos complexos, tais como, no caso aqui ilustrado, a gestão de recursos hídricos. O artigo tece uma reflexão sobre o papel desempenhado por estas redes junto ao processo de definição das políticas públicas setoriais, explicitando as duas principais linhas de análise de “policy networks” presentes na literatura contemporânea internacional (“intermediação de interesses” *versus* “forma específica de governança”).

A abordagem de “redes de políticas públicas” é aqui apontada como um promissor instrumento para a melhor compreensão do processo de construção das políticas públicas envolvendo a gestão de recursos hídricos no Brasil.

1. O SGRH no Brasil; complexidade institucional e as perspectivas da aplicação da noção de “redes de políticas públicas”.

O processo de implantação e consolidação do atual Sistema de Gestão de Recursos Hídricos no Brasil representa um notável esforço na criação de um complexo aparato legal e institucional. Tal sistema tem como desafio o enfrentamento da tensão permanente entre os diferentes, e não raro conflitantes, interesses setoriais e intra-setoriais em torno do uso da água.

¹ Doutorando em Ciência Ambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo. Integrante do Grupo de Pesquisa em “Gestão Compartilhada de Recursos Hídricos no Brasil: dimensões institucionais, territoriais e Sociais” vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Procam-USP. Mestre em Sociologia pelo IFCH-Unicamp. Pesquisador associado ao “Projeto Marca D’Água”. Bolsista CNPq/CT-Hidro.

² Em boa parte das reflexões presentes neste artigo, merece destaque as contribuições provenientes dos colegas do “Grupo de Pesquisa em Gestão Compartilhada de Recursos Hídricos no Brasil; Dimensões Institucionais, Sociais, e Territoriais”, grupo vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo, PROCAM-USP. Este “Grupo de Pesquisa” é formalmente articulado ao “Projeto Marca D’Água”, rede de pesquisadores de diversas instituições no Brasil e Exterior, e que visa, entre outros objetivos, investigar, comparar e acompanhar a formação e o funcionamento de dezenas de organismos de gestão de bacias hidrográficas no Brasil. O Projeto Marca D’Água é desenvolvido com apoio financeiro do Fundo de Recursos Hídricos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq / CT-Hidro), assim como das Fundações Hewlett (EUA), e MacArthur (EUA).

O crescente comprometimento na qualidade e quantidade dos recursos hídricos, o aumento na complexidade envolvida no gerenciamento dos múltiplos interesses em torno da água, somados ao processo de democratização da sociedade brasileira, são alguns dos condicionantes históricos que favoreceram o processo de criação – principalmente a partir da década de 90 - de uma série de novos instrumentos de gestão das águas, fenômeno este que vem ocorrendo tanto no nível federal quanto nos estados. Este novo sistema de gestão, ainda hoje em fase de construção e dotado, portanto, de níveis distintos de amadurecimento, é assentado - tanto nas esferas federal quanto estaduais - sobre alguns pilares comuns, entre os quais destacam-se: a identificação da bacia hidrográfica como unidade de gerenciamento; o reconhecimento do uso múltiplo da água; a instituição da água como bem de valor social e dotado de valor econômico; e a crescente democratização da gestão, através da participação da sociedade civil nas instâncias de decisão. Essa preocupação com o gerenciamento integrado dos recursos hídricos, inclusive subterrâneos, havia sido sinalizada na Constituição Brasileira de 1988, a qual definiu a existência de rios de domínio federal e estadual e determinou a instituição de um Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. (NOVAES, 2002)

Na década de 90 o gerenciamento de recursos hídricos no Brasil assiste o início de um processo de profunda transformação institucional, sendo boa parcela destas inovações inspiradas no modelo francês de gestão (VARGAS, 1999).

A criação em 1995 da Secretaria de Recursos, órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, pode ser considerado como um momento significativo para a gestão dos recursos hídricos no Brasil, posto significar *“a incorporação do conceito de uso múltiplo da água na gestão de recursos hídricos, que passou a ser tratada no contexto ambiental”*. KETTELHUT et al. (1998: p.2)

A construção do marco legal em âmbito federal se consolida em janeiro de 1997, através da aprovação da Lei Federal 9433/97, construída através de um longo processo de negociação entre os diversos setores envolvidos na gestão de recursos hídricos. A Lei 9433/97 estabeleceu um marco fundamental na implementação dos comitês de bacia no Brasil, ao instituir a Política Nacional de Recursos Hídricos e criar o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Este Sistema é integrado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (instituído em 1998), pelos Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal, pelos órgãos dos poderes públicos federal, estaduais e municipais de recursos hídricos, pelas Agências de Água e pelos Comitês de Bacias Hidrográficas. Como continuidade deste processo de criação de um novo marco institucional para a gestão integrada dos recursos hídricos, foi criada em julho de 2000 a Agência Nacional de Águas (ANA), com a missão de implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos e coordenar o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

É também durante a década de 90 que algumas unidades da federação, tal como relatado no caso federal, começam a estabelecer seus novos sistemas voltados à gestão integrada de seus recursos hídricos, em contraposição aos modelos então vigentes, de forte viés normativo, centralizador e setorializado.

A construção do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos no Brasil, em função de estar baseado na “adoção da bacias hidrográficas como unidade de gestão”, tem se deparado desde sua criação com o desafio de criar instrumentos que permitam integrar e articular as diferentes instâncias e unidades político-administrativas envolvidas e que compartilham este território. (Novaes, 2001. p. 83). As bacias, nesse sentido, representam uma dimensão espacial não necessariamente articulada - física, política, e ou administrativamente - aos poderes constituídos nos âmbitos municipais, estaduais, ou federal.

A gestão da água, frente a tal modelo, se desenvolve enquanto um processo multifacetado, envolvendo uma enorme gama de atores - públicos, privados, e não-governamentais - inseridos em distintas arenas, articulados e rearticulados continuamente numa teia de relações. É justamente para essa teia, para essa dimensão relacional constituinte das redes, que a abordagem de “policy networks” aponta, considerando ser esta, de forma privilegiada, “o contexto no qual se tem lugar o processo político”. KLIJN (1998. p:02)

Como ilustrativo dos desafios postos à implantação de um modelo de gestão integrada, podemos citar o caso da bacia do Rio Paraíba do Sul. A construção de um modelo de gestão para essa bacia pode ser tomada como um exemplo paradigmático da complexidade existente na articulação de uma vasta rede envolvendo atores públicos das esferas municipais, estaduais e federal; usuários de água (públicos ou privados); e sociedade civil.

2. Marco Conceitual

A construção do referencial teórico deste trabalho se dá através da busca de contribuições de duas abordagens com força crescente na Ciência Política contemporânea: a teoria das instituições, notadamente o campo reconhecido como neo-institucionalismo; e a “análise de redes sociais” (também denominado análise estrutural), aqui focada especificamente nas “redes de políticas públicas” (policy networks).

A seguir são apresentados alguns dos principais elementos dessas teorias.

2.1. Instituições e neoinstitucionalismo

A discussão sobre o papel das instituições tem, nas últimas décadas, promovido um movimento de questionamento dos modelos explicativos utilizados tanto nas Ciências Sociais, principalmente na Ciência Política, quanto também pela teoria econômica.

A abordagem institucionalista aponta, como estratégia para se compreender a ação dos indivíduos e suas manifestações coletivas, para a necessidade de se considerar as mediações entre as estruturas sociais e os comportamentos individuais. “*Essas mediações são precisamente as instituições*” (THÉRET, 2003; p.225)

Entretanto, a despeito dessa aproximação comum, podemos perceber distintas formulações acerca do papel das instituições, baseadas, principalmente, na apropriação dada ao conceito pelas diferentes disciplinas: Economia, Sociologia, Ciência Política, História, entre outras.

As instituições podem ser consideradas como as regras formais e informais da sociedade que, através de convenções, códigos de conduta, normas de comportamento, leis e contratos, regulam as interações humanas e limitam o conjunto de escolhas dos indivíduos. NORTH. (1990). As instituições representam arranjos e estratégias socialmente construídos com o intuito de favorecer a obtenção de conquistas coletivas, reprimindo as racionalidades individuais que estejam baseadas em opções oportunistas egoístas. Os autores institucionalistas e neo-institucionalistas enfatizam a importância das instituições formais como uma estratégia central para a superação dos dilemas da ação coletiva.

Nesse sentido, *“as instituições resolvem problemas de ação coletiva trazendo à tona contribuições de indivíduos que, por sua vez, não conseguem realizar seus desígnios a não ser que alguém (ou algumas pessoas) tenha o poder de coordenar, ou coagir, ou mobilizar um grupo de pessoas para agir conjuntamente. Esse alguém estabelece os termos e delimita os efeitos das controvérsias. O nível dos conflitos resolvidos por instituições específicas e os tipos de recursos de poder eventualmente criados cobrem um longo continuum. Apesar das diferenças, entretanto, as instituições são geralmente caracterizadas pela dualidade de ao mesmo tempo conter e criar poder”*. LEVI (1991: 83)

Para OSTROM (1990) a construção de instituições, isso é, a definição de normas e procedimentos de interação social, está diretamente associada à existência de relações de confiança entre os atores, à consolidação de sistemas de supervisão mútua e de sanções, e ao estabelecimento de compromissos críveis.

Como pôde ser observado, a análise das instituições tem recebido nos últimos anos contribuições de diferentes campos do conhecimento, com distintas abordagens, configurando assim o campo reconhecido como neoinstitucionalismo. Porém, a ambigüidade do termo “instituição”, aliada às distintas interpretações conferidas à tal noção nas diferentes disciplinas (principalmente Direito, Sociologia, Economia, Ciência Política, e Antropologia) recomenda falarmos em, não um único neoinstitucionalismo, e sim de diversas correntes de pensamento “neoinstitucionalista”. Nesse sentido, poderíamos falar de distintas abordagens institucionalistas relativas à cada disciplina, e ao mesmo tempo, diferentes abordagens institucionalistas no interior de cada disciplina,

HALL e TAYLOR (1996), buscando contribuir na sistematização das principais linhas de abordagem presentes no neoinstitucionalismo dentro da Ciência Política, apontam as seguintes “escolas de pensamento”, ou “métodos de análise”: institucionalismo histórico; institucionalismo da escolha racional; e institucionalismo sociológico.

THÉRET (2003) utiliza-se desta mesma categorização para analisar a dimensão institucionalista na Economia³, na Sociologia, e na Ciência Política.

2.2. Neoinstitucionalismo e políticas públicas

As abordagens neoinstitucionalistas, principalmente em Ciência Política, têm dado destaque ao resgate da relevância do papel do Estado, focando em suas formas particulares de relação com a sociedade e de elaboração de políticas específicas. MARQUES (2003: p.41), destaca a contribuição da abordagem neoinstitucionalista para os estudos envolvendo as políticas públicas:

“para autores desta perspectiva como Skcpol (1985) e Evans (1993), o Estado e suas organizações não seriam subordináveis aos interesses de grupos e agentes localizados na sociedade. Para eles, os órgãos estatais e suas burocracias apresentariam interesses próprios e diversos de quaisquer outros agentes, por exemplo como das elites (como gostaria a teoria das elites), dos capitais (como afirma o marxismo), e dos grupos de interesse (como defende o pluralismo).

2.3. Neoinstitucionalismo, políticas públicas e redes sociais

A abordagem neoinstitucionalista permite um diálogo promissor com a “análise de redes sociais”. Conforme salientado por MARQUES (2003: p.52) “os elementos institucionais se apresentam como parte importante do ambiente em que se dão as dinâmicas políticas, emoldurando a política e influenciando os seus resultados”, ao mesmo tempo em que, conforme o próprio MARQUES (2003: p.47) aponta, “as políticas públicas são definidas pela interação entre atores no interior dos ambientes institucionais e relacionais presentes nas comunidades de políticas. As dinâmicas políticas são resultado dessas interações, tendo em conta os constrangimentos das instituições e das redes de relações pessoais e institucionais presentes”. (grifo nosso)

MARQUES (2003: p.52) destaca que os principais atores relacionados à confecção de políticas públicas (membros da classe política, os capitais, membros das burocracias) agem em um ambiente que “*não é apenas marcado por instituições, mas é estruturado também por redes de relações entre indivíduos e organizações no interior da comunidade de política*”. O autor complementa observando que, neste sentido, “o efeito das redes de relações entre indivíduos e organizações no interior das comunidades das

³ No campo da Economia, a principal abordagem neoinstitucionalista – a Nova Economia Institucional – está associada ao institucionalismo da escolha racional. Autores vinculados à “Nova Economia Institucional” defendem que a construção de instituições, isto é, a definição das “regras do jogo”, é um elemento de diminuição dos “custos de transação”, entendidos esses como os custos “de se fazer cumprir e fiscalizar os contratos”. Théret (2003: p. 232), baseando-se em Villeval (1995) apresenta três correntes relacionadas à “Nova Economia Institucional”: “*uma preocupada com as formas de organização (Coase, Williamson); outra com a história econômica e a mudança institucional (North, Matthews); e a última com as ‘situações de equilíbrio no contexto de interações estratégicas’ (teoria dos jogos, Shelling, Schotter, Shubik)*

políticas estatais é similar ao das instituições descrito pelo neoinstitucionalismo, estruturando o campo e influenciando resultados, estratégias, e formando e alterando preferências”.(grifo nosso)

MOLINA et al. (2000) destaca o oportuno o diálogo a ser desenvolvido entre a abordagem neoinstitucionalista (principalmente o neoinstitucionalismo histórico) e o enfoque de redes sociais, notadamente nas redes de políticas públicas. O autor ressalta a complementaridade encontrada na associação destas perspectivas, onde a abordagem neoinstitucionalista oferece um marco teórico mais global e aporta uma grande capacidade de formulação de hipóteses ‘macro’, ao passo que o enfoque de policy networks “*se muestra idóneo como instrumento analítico para estudiar en concreto las políticas públicas e integrar la pluralidad de las instituciones y demás actores sociales en el nivel meso e micro*”.

2.4. Análise de redes sociais (ARS)

Os conceitos e categorias associados à “análise de redes sociais” (ARS) têm sido utilizados pelos cientistas sociais para o tratamento de um amplo conjunto de assuntos.

A abordagem de “análise de redes sociais” apresenta uma dimensão ao mesmo tempo conceitual como, principalmente, metodológica. A dimensão teórica é dada enquanto uma “*aproximação intelectual ampla para identificar as estruturas sociais que emergem das diversas formas de relação*”. Tal abordagem é apoiada, no campo metodológico, por um ferramental específico⁴. MENÉNDEZ (2003)

A abordagem de “análise de redes sociais” permite descrever e estudar as estruturas relacionais que emergem quando diferentes organizações ou indivíduos interagem. São justamente essas estruturas relacionais que traduzem a existência de uma rede social. MENÉNDEZ (2003).

⁴ Menéndez (2003: p.21) observa: “*En definitiva, el "análisis de redes sociales" es un método, un conjunto de instrumentos para conectar el mundo de los actores (individuos, organizaciones, etc.) con las estructuras sociales emergentes que resultan de las relaciones que los actores establecen. Por tanto, el análisis de redes debe ser visto más como un conjunto de técnicas con una perspectiva metodológica compartida que como un nuevo paradigma en las ciencias sociales*”.

WELLMAN (2000) aponta cinco características consideradas por ele como paradigmáticas da ARS enquanto forma de investigação social:

1. El comportamiento es interpretado en términos de restricciones estructurales sobre la actividad, antes que en términos de fuerzas internas existentes dentro de las unidades (e.g., "socialización en vez de normas"), las cuales impulsan el comportamiento con un ímpetu voluntarista, a veces hasta teleológico, hacia una meta deseada.

2. El análisis se centra en las relaciones entre unidades, y no en la clasificación de las unidades en categorías definidas por atributos internos (o esencias) de dichas unidades.

3. Una preocupación central es la manera cómo los patrones de relaciones entre múltiples alter afectan, en conjunto, el comportamiento de los miembros de la red. Por tanto, no se asume que los miembros de la red sólo participan en múltiples duetos con alter separados.

4. La estructura es tratada como una red de redes que puede estar, como no, dividida en grupos discretos. No se asume a priori que los grupos fuertemente cerrados sean, de manera intrínseca, los bloques de construcción de la estructura.

5. Los métodos analíticos tratan directamente con la naturaleza relacional - modelada en términos de patrones - de la estructura social, para así completar - y a veces sustituir - los principales métodos estadísticos que requieren de unidades independientes de análisis.

Dada essa introdução sobre ARS, vamos nos deter sobre uma dimensão específica de análise estrutural, debruçando-nos sobre as redes que articulam e constróem determinadas políticas públicas setoriais; as chamadas “policy networks”, ou redes de políticas públicas.

2.5. Redes de Políticas Públicas

Redes de políticas públicas podem ser definidas como “*padrões mais ou menos estáveis de relações sociais entre atores interdependentes, que tomam forma ao redor dos problemas e/ou dos programas de políticas*”. KLIJN (1998:p.2). O autor complementa:

“As redes de políticas públicas formam o contexto no qual se tem lugar o processo político. Representam um tentativa, no campo da Ciência Política, para analisar a relação entre o contexto e o processo na construção de políticas”

Muitos dos trabalhos relacionados às redes de políticas públicas se mostram ainda referenciados à uma abordagem superficial, apoiando-se na dimensão simbólica presente na idéia de rede. Logo, não é raro encontrarmos algumas referências à noção de policy networks enquanto mera “*metáfora para destacar o fato de que a elaboração de políticas envolve um grande número e ampla variedade de atores. Outros acham tratar-se de uma ferramenta analítica destinada a analisar as relações entre atores que interagem em um determinado setor de políticas públicas. Existe ainda um terceiro grupo de atores que considera as redes como um método de análise de estrutura social*”. (SARAVIA, 2002: 2) apud LUCHINI (2003):

Para LUCHINI (2003) o termo “redes”, quando aplicado à administração pública, é comumente substituído pelo termo “gestão integrada”, o que nos permite perceber aqui o uso do conceito em seu sentido metafórico. A autora apoia-se em CAVALCANTI (1991: 26) para apontar que, “independentemente da terminologia, o fundamento básico é o de que

“as políticas públicas não são formuladas, e muito menos implementadas, no contexto de uma única organização. Ao contrário, os intrincados processos decisórios em questão dizem respeito a um conjunto de organizações e a um complexo sistema de relações formais e informais que entre elas se estabelece”.

2.6. Para além da metáfora...

A construção de políticas públicas é resultado da interação de uma complexa rede de atores. Para SCHARPF (1978: p. 346) *apud* KLIJN (1998), “*é pouco crível, senão impossível, que uma política pública de qualquer importância possa resultar de um processo de decisão de um único ator racional. A formação e implementação de uma política são, inevitavelmente, o resultado da interação entre atores separados com interesses, metas e estratégias divorciados*”

A noção de "policy networks" tem sido proposta como uma estratégia de enfrentamento das dificuldades que experimentam as tradicionais análises de políticas públicas, baseadas na ação da burocracia estatal. A abordagem de rede de políticas públicas parte do reconhecimento de que estas emergem da interação entre atores públicos e privados, aceitando que a administração pública – apesar de seu destacado papel - não é mais o único protagonista na elaboração e implementação dessas políticas. (JORDANA. 1995)

JORDANA (1995:p.97), complementa:

“ El término policy networks ha servido para reconocer dependencias mutuas entre lo privado y lo público, que afectan tanto a la dinámica interna de las organizaciones como a sus mecanismos de actuación. Las decisiones políticas surgen en redes de actores, públicos y privados, que interactúan en ámbitos sectoriales o plurisectoriales; y en niveles regionales, nacionales e internacionales”.

A análise das relações entre Estado e os interesses sociais tem sido nas últimas décadas um campo de disputa entre as abordagens “pluralistas” e “neocorporativas”. Frente a este debate e, principalmente, motivados pelas potenciais limitações de ambas abordagens, a noção de “rede” tem surgido como uma nova tipologia para representar, de forma genérica, os diferentes tipos de relações entre Estado e os interesses. A literatura recente em Ciência Política aponta duas abordagens principais para o tratamento de "policy networks", explicitando o que para muitos chega a se constituir em duas escolas de pensamento: "policy networks" enquanto uma tipologia de **intermediação de interesses**, e "policy networks" enquanto uma **forma específica de governança**.

A escola de intermediação de interesses está mais vinculada à produção acadêmica americana e inglesa, enquanto a abordagem de "forma específica de governança" é associada a pesquisadores da Europa continental, principalmente Espanha e Alemanha⁵

BORZEL, 1997, observa não haver na literatura uma clara distinção entre as duas escolas, considerando serem ambas não excludentes, *“posto compartilharemos uma temática comum de investigação, a de como a conformação de redes impactam a elaboração de políticas públicas”*.

O uso da noção de rede de políticas públicas para representar uma forma de “intermediação de interesses” é o mais usualmente encontrado na literatura. Tal abordagem compartilha o entendimento comum de tais redes se constituírem enquanto relações de dependência de poder entre o governo e os grupos de interesse, onde se dá a transação de recursos. (BORZEL, 1997). A partir deste princípio comum, diversas sub-tipologias têm sido sugeridas⁶, considerando-se entre outros alguns dos seguintes aspectos: nível de institucionalização (estável x instável); alcance da configuração da elaboração das políticas (setorial x trans-setorial); número de participantes (limitada x aberta) (JORDAN & SCHUBERT, 1992). Ou ainda, segundo WAARDEN (1992), apud BORZEL (1997): atores; função; estrutura; institucionalização; regras de conduta; relações de poder; e estratégias dos atores.

Conforme já citado, alguns autores têm procurado ir além da abordagem meramente analítica para essas redes. Essa literatura tem se utilizado da noção de “policy networks” para simbolizar uma **“forma específica de governança”** nos sistemas políticos modernos. A complexidade atual imposta a esses sistemas, dada pela dependência de ações coordenadas e articuladas entre (e intra) atores públicos e privados tem, para esses autores, favorecido o surgimento de “redes de políticas públicas” como uma nova forma de governança, com características específicas que a distingue das formas tradicionais dadas ou pelo controle hierárquico por parte do estado, ou pela ação do mercado. (BORZEL, 1997).

Interessantes investigações empíricas têm se desenvolvido neste campo, principalmente na Europa, motivadas essas pelo fértil campo imposto pela necessidade de articulação (e construção) de esferas da política em dimensões multi-nível e multi-territoriais.

Alguns destes trabalhos, inclusive, abordam especificamente a temática ambiental, buscando associar este tema à noção de governança e às redes de políticas públicas⁷.

⁵ Com forte participação de pesquisadores vinculados ao Max-Planck-Institut für Gesellschaftsforschung.

⁶ Borzel (1997) apresenta uma vasta revisão sobre as diversas tipologias sugeridas e utilizadas para categorização das redes de políticas públicas.

⁷ Ver entre outros: Morata, F., Hanf, K. “Gestión pública y redes de políticas públicas: la gobernación del medio ambiente en Cataluña. Institut de Ciències Polítiques i Socials. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona. 2000.

Para uma análise especificamente relacionada à gestão de recursos hídricos, ver: Bressers, H., Huitema, D. & Kuks, S. (1993). Policy Networks in Dutch Water Policy. Presented at Water Policy Networks in Four Countries conference, Enschede, Netherlands

3. Considerações Finais

O enfoque nas redes de políticas, associando a esta abordagem o tema da governança, parece-nos um interessante instrumento analítico para nos auxiliar na melhor compreensão do processo de transformação do caráter das políticas públicas e do papel das instituições.

A aplicação deste enfoque como instrumento de análise do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos no Brasil é ainda inovadora, constituindo-se como um fértil campo para estudos empíricos que ousem se apropriar da noção de rede para além de sua dimensão simbólica ou metafórica. Tais estudos, ao aliarem metodologias quantitativas e qualitativas, poderão contribuir para uma maior compreensão acerca das dinâmicas das redes que se articulam em torno da gestão das águas.

A partir das conclusões de tais análises se crê na emergência de um possível acúmulo teórico-metodológico que possa, inclusive, estimular, subsidiar, e influenciar, desejáveis e necessários aperfeiçoamentos no arcabouço institucional do atual sistema brasileiro de gestão dos recursos hídricos.

Bibliografia

- BAROZET, E.. “**El aporte del analisis de redes sociales a los temas de gobernanza en sistemas complejos: de la red a los policy networks**”. In *Revistas de Estudios Avanzados inter@ctivos*. Instituto de Estudios Avanzados, Univesidade de Santiago de Chile. 2003.
- BRESSERS, H., HUITEMA, D. & KUKS, S. “**Policy Networks in Dutch Water Policy**”. Presented at Water Policy Networks in Four Countries conference, Enschede, Netherlands . 1993.
- BORZEL, T.A. “**What's So Special About Policy Networks?**”: An Exploration of the Concept and Its Usefulness in Studying European Governance, *European Integration online Papers (EIoP)*, Vol.1. 1997.
- CAVALCANTI, B. S. “**Gestão pública integrada: implicações para a formulação de teorias, modernização e ensino da administração pública**”. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro: FGV, v. 25, n. 3, p.179-180, jul.-set. 1991.
- EVANS, P. “**O Estado como problema e como solução**”. In: *Lua Nova*, N.^o 28/29. 1993.
- EVANS, P. “**Government Action, Social Capital and Development: reviewing the evidence on synergy**” in: *State-Society Synergy: Government and Social Capital in Development*. Evans, P. (Ed.). Number 94. Berkeley: University of California at Berkeley. 1997.
- JORDANA, J. “**El análisis de los policy networks: ¿una nueva perspectiva sobre la relación entre políticas públicas y Estado?**”. *Gestión y Análisis de Políticas Públicas*. Mayo/agosto, Número 3. Madrid. 1995.
- LUCHINI, A. M.; SOUZA, M. D.; PINTO, A. L. “**Aportes e limites da perspectiva de redes de políticas públicas: o caso da gestão da água**”. *Caderno de Pesquisas em Administração*, São Paulo, v. 10, n. 2, p.87-94, abril/junho 2003

- KETTELHUT, J. T. S., AMORE, L., LEEUWESTEIN, J.M.. “**A Experiência Brasileira de Implementação de Comitês de Bacias Hidrográficas**”. Simpósio Internacional sobre Gestão de Recursos Hídricos. Gramado: ABRH. 1998.
- KLIJN, E. “**Policy Networks: An Overview**” in Kichert, W. J. M. & Koppenjan, J. F. (eds) *Managing Complex Networks*. Sage, London. 1998.
- LEVI, M. “**Uma Lógica da Mudança Institucional**”. in *Dados - Revista de Ciências Sociais*. Vol. 34. n.1. Instituto de pesquisas Universitárias do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro.1991
- LUCHINI, A. M. “**O Arranjo Institucional Proposto para a Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul**”. *Caderno de Pesquisas em Administração*. São Paulo (01/12). 2000.
- MARQUES, E. C.. “**Redes Sociais, Instituições e Atores Políticos no Governo da Cidade de São Paulo**”. São Paulo: Annablume / Fapesp. 2003.
- MENÉNDEZ, L. S. “**Análisis de Redes Sociales: o como representar las estructuras sociales subyacentes**”. In *Apuntes de Ciencia y Tecnologia*, N. 7, Madri. 2003.
- MIRANDA, C. O., “**O Papel Político-Institucional dos Comitês de Bacia no Estado de São Paulo: um Estudo de Caso**”. *Uso e Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil*. FELICIDADE, N., MARTINS, R.C., LEME, A.A.. (orgs.). São Carlos: RiMa. 2001.
- MOLINA, J. L. “**El análisis de redes sociales. Aplicaciones al estudio de la cultura en las organizaciones**”. Tesis de doctorado. Universidad Autónoma de Barcelona, 2000.
- MORATA, F., Hanf, K. “**Gestión pública y redes de políticas públicas: la gobernación del medio ambiente en Cataluña**”. *Institut de Ciències Polítiques i Socials*. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona. 2000.
- MOREIRA, “**A Política Nacional de Recursos Hídricos: Avanços Recentes e Novos Desafios**”. *Uso e Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil*. FELICIDADE, N., MARTINS, R.C., LEME, A.A. (orgs.). São Carlos: Ed.RIMA, 2000.

- NORTH, D., **“Institutions, Institutional Change and Economic Performance”**. Cambridge University Press. 1990
- NOVAES, R. C., JACOBI, P.R. **"Comitês de Bacia, Capital Social, e Eficiência Institucional: Reflexões preliminares sobre influências recíprocas"** . I Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade ANPPAS. Indaiatuba, SP. 2002.
- NOVAES, R. **“Desenvolvimento Sustentável na Escala Local; a ‘Agenda 21 Local’ como estratégia para a construção da Sustentabilidade”**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. IFCH Unicamp. 2001.
- OSTROM, E. **“Crossing the Great Divide: Coproduction, Synergy, and Development”** in: State-Society Synergy: Government and Social Capital in Development. Evans, P. (Ed.). Number 94. Berkeley: University of California at Berkeley. 1997.
- ROCHA, G. **“A Construção do Sistema Paulista de Gestão de Recursos Hídricos”**. Simpósio Internacional sobre Gestão de Recursos Hídricos. Gramado: ABRH. 1998.
- SAAD, A. M., IWASA, O. Y. **“Plano de Bacia UGRIH-02, Paraíba do Sul; relatório técnico”**. CPTI. São Paulo. 2000.
- SARAVIA, E. **“Redes, organização em redes e organizações virtuais: As novas configurações organizacionais”**. *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão*, Rio de Janeiro, FGV, 2002.
- SCHARPF, F.W **‘Interorganizational policy studies: issues, concepts and perspectives’** in K.I. Hanf y F.W. Scharpf (eds). 1978.
- SKOCPOL, T.. **“Bringing the State Back In: Strategies of Analysis in Current Research.”** Evans, Peter B., Dietrich Rueschemeyer, and Theda Skocpol. ed. *Bringing the State Back In*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- THÉRET, B., **“As Instituições entre as estruturas e as ações”**. In: *Lua Nova*, N.^o 58. 2003

TUCCI, C. A. M., HESPANHOL, I., NETTO, O.M.C., "*Gestão da Água no Brasil*".
Brasília: Unesco. 2001.

VARGAS, M. "*O Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos*". Ambiente e
Sociedade. Ano II (5). Campinas: Nepam. 1999.

WELLMAN B. "El análisis estructural: del método y la metáfora a la teoría y la sustancia"
Política y sociedad, (33). 2000,